



República Democrática de Timor-Leste

Accompanying Note to the 2021 State Budget

Approved

Overview Budget Rectification

Book 1



Preface

The Organic Law of the Ministry of Finance specifies the responsibility of the National Directorate of Budget to collect and manage financial information relating to the public sector and publish the statistical results.

In accordance with this provision and to promote the transparency of the public finance, the Ministry of Finance is publishing a supplementary note to the final version of the documents relating to the 2021 State Budget, following the approval of the rectified budget by the National Parliament in April 2021.

At the start of 2021, Timor-Leste was hit by the twin shocks of the COVID-19 pandemic and the cyclone Seroja. These disasters required a change in the government's plans and a restructuring of resources to meet the new, unexpected, challenges that arose. These amendments are outlined in the following document. It is important to highlight that the rectified budget did not require any additional funding from the Petroleum Fund, with the additional funding coming from reallocations within the original 2021 budget and three new sources of unspent cash balances, as well as additional funding from the cash balances currently in the Treasury account.

I consider that this document will increase awareness and understanding of the Government's finances and help people to become good citizens and heroes to our nation by providing them with relevant information on the amendment to the 2021 State Budget.

All budget documentation is available on the website of Ministry of Finance, www.mof.gov.tl. Inquiries relating to this publication should be directed to the General Directorate of Planning and Budget on email jcarvalho@mof.gov.tl – tel. +670 77304362, syaquim@mof.gov.tl – tel. +670 77305809 and epmartins@mof.gov.tl - tel. +670 77879183 and lfraga@mof.gov.tl - tel. +670 77137902.



Rui Augusto Gomes

Minister of Finance

Table of Contents

1	Prime Minister’s Speech	4
2	Executive Summary.....	5
3	Description and Analysis of the 2021 Rectified State Budget.....	9
4	New Measures related to the 2021 Rectified Budget.....	11
5	Reallocation of 2021 Budget and Virements	12
6	Financing for 2021 Rectified Budget.....	13
7	Economic Impact of COVID-19 on Timor-Leste	14
8	Annex: 2021 General State Budget Law	17

List of Tables and Figures

Table 1: Fiscal Table, \$millions.....	9
Figure 1: Comparison of the Appropriation Category breakdown between the Original 2021 Budget and the Rectified 2021 Budget	10
Table 2: Source of Financing, 2021-2025, \$million.....	13
Table 1: Economic Indicators, 2020-2022, %.....	14
Figure 2: Real non-oil GDP growth rate (RHS, %) and levels (LHS, \$m)	15
Figure 3: Components of non-oil GDP, 2017- 2021	16
Table 4: Real GDP, 2016-2022, \$million.....	16

1 Prime Minister's Speech

Sua Excelência,
Senhor Presidente do Parlamento Nacional;

Suas Excelências,
Vice-Presidentes, Secretária e Vice-Secretários do Parlamento Nacional;

Suas Excelências,
Senhoras e Senhores Deputados de todas as Bancadas Políticas;

Excelências, Caros Colegas,
Membros do VIII Governo Constitucional;

Distintos Convidados;
Minhas Senhoras e Meus Senhores;
Povo de Timor-Leste, no interior do Território Nacional e na Diáspora!

Bom dia!

Antes de começar, quero expressar a minha solidariedade ao Povo de Timor-Leste, que foi vítima de uma catástrofe natural mortífera e continua a sofrer com a COVID-19.

É com grande angústia e tristeza que assistimos aos efeitos extremos do ciclone tropical, que causou a morte a 36 compatriotas nossos, milhares de deslocados e ainda 5 desaparecidos. Em nome do Governo, transmito as minhas sinceras condolências ao Povo de Timor-Leste e às famílias enlutadas, que estão a passar pela experiência traumática da perda de entes queridos. Também transmito a minha profunda simpatia e solidariedade às pessoas afetadas pela COVID-19, em especial, às famílias dos que não se recuperaram e morreram devido a esta doença. Reafirmo o meu apoio inabalável a todos os afetados.

Durante o ano de 2020, o nosso país sofreu pela primeira vez cheias catastróficas e enfrentámos um impasse político e orçamental que limitou a

nossa capacidade para estimular a economia e para investir em medidas de prevenção de desastres naturais. A nossa Nação sofreu e a nossa economia contraiu-se em cerca de 7,6%.

No entanto, estivemos unidos e a nossa Nação demonstrou uma incrível determinação e resiliência.

Não esquecemos as lições de 2020 e a forma como trabalhámos em conjunto, pelo que em 2021 vamos ter de mostrar de novo a nossa força e a determinação face à nova calamidade que se abateu sobre nós.

Em março de 2020, mobilizámos rapidamente mais de US\$ 220 milhões de dólares, incluindo US\$ 92 milhões de dólares para medidas imediatas de resposta económica. Construámos um planeamento efetivo numa unidade de resposta de emergência, bem como um sistema de quarentena, testes, rastreios e acompanhamento.

Reforçámos o nosso sistema de saúde e apoiámos os nossos profissionais de saúde e trabalhadores da linha da frente. O nosso Governo e o Parlamento tomaram decisões ousadas e abrangentes, em tempo recorde. Protegemos as nossas fronteiras. O nosso Povo uniu-se, passando a usar máscaras, a lavar as mãos frequentemente em espaço público e aprenderam a manter o distanciamento social.

Quando estávamos a preparar o nosso Orçamento Geral do Estado para 2021, sabíamos que seriam necessárias ações fortes, para enfrentar um crescimento global mais lento com projeções de 0,8% previstas para o Sudeste Asiático.

Conhecíamos também as tendências recessivas e os riscos de aumento da pobreza, enfrentados pelas economias emergentes e em desenvolvimento.

Esses riscos que podem ser minimizados por estes países e por Timor-Leste, com uma boa cobertura e vacinação generalizada da população,

evitando contrações económicas acentuadas e a indução de riscos sistémicos, visíveis em muitos países.

Descobrimos juntos que o melhor caminho é mantermo-nos resilientes e concentrarmo-nos em manter as pessoas seguras, a fim de evitar uma dolorosa tragédia económica e humana. Se mudarmos de rumo, as consequências podem vir a ser bastante severas.

Com estas ameaças económicas em mente, desenvolvemos com sucesso um Orçamento Geral do Estado ambicioso e histórico para 2021. O Orçamento visava colocar a Nação novamente no bom caminho, mobilizar os recursos significativos necessários para investir no nosso país e no nosso Povo, e estimular a nossa recuperação económica. Com as restrições orçamentais de 2020 eliminadas, o nosso Orçamento Geral do Estado de 2021 permitir-nos-á promover mais ativamente o desenvolvimento, construir uma economia mais justa e moderna, e realizar grandes projetos sociais.

O Orçamento Geral do Estado de 2021 é o nosso principal instrumento para relançar a nossa Nação. Torna-nos mais fortes, permite-nos trabalhar em conjunto para atingirmos os nossos objetivos e visão comuns, e vai reconstruir o nosso país com vigor e determinação.

Contudo, desde a aprovação do nosso Orçamento, a situação piorou significativamente.

Em 31 de dezembro de 2020 tínhamos 44 casos confirmados da COVID-19 e nenhum registo de mortes. Neste momento, menos de quatro meses depois, temos mais de 1.000 casos acumulados confirmados e as primeiras duas mortes a lamentar. O vírus está a espalhar-se pela nossa comunidade a taxas alarmantes.

Reconhecemos que a súbita vaga de infeção com a COVID-19 no nosso território representa um perigo real, e que as medidas governamentais subsequentes em resposta a este perigo precisam de ter um grande

impacto na eliminação desta propagação potencialmente devastadora. E reconhecemos também que a propagação da COVID-19 vai reduzir a atividade económica. Vai causar problemas na vida de muitas famílias e trabalhadores, e ameaçará a capacidade económica das nossas empresas.

Com a COVID-19 de novo entre nós, revimos nossa previsão inicial do PIB de 3,9%, para um valor mais realista de 2% nesta alteração orçamental.

Ainda estamos muito longe do fim desta pandemia, mas a cada passo dado diariamente, estamos a preparar o caminho para melhores dias, para que cada pessoa no nosso país receba uma vacina segura até dezembro deste ano, e para que todas as empresas do setor privado e famílias estejam economicamente protegidas com medidas de alívio.

As vacinas da COVID-19 estão a ser-nos entregues pela organização internacional *COVAX facility*, cobrindo os primeiros 20% da nossa população. Em abril recebemos a nossa primeira remessa e demos início à nossa campanha de vacinação.

O calendário da COVAX prevê novas remessas para Maio, possibilitando a vacinação de todos os nossos trabalhadores da linha da frente, tal como médicos, enfermeiros, PNTL, Proteção Civil e F-FDTL, que têm trabalhado incansavelmente para nos manter seguros e saudáveis, bem como, imunizar os grupos mais vulneráveis.

A partir de julho planeamos receber ainda mais vacinas para os restantes 80% da nossa população. Vamos conseguir milhares de doses e aumentar o ritmo de distribuição por todos os 12 Municípios e a RAEOA de acordo com as necessidades do país. Estão previstas doses adicionais da Austrália e continuamos esperançosos que a China irá também atender o nosso pedido de apoio.

Estamos a fazer tudo o que é necessário, em termos logísticos, para garantir que estamos prontos para receber estas vacinas e aplicá-las, através do Ministério da Saúde.

Timor-Leste encara o futuro com esperança e pretende regressar o quanto antes a uma vida de normalidade pré-COVID-19, flexibilizando as chegadas internacionais e isentando os portadores da vacina da exigência dos 14 dias de quarentena obrigatória.

Embora a COVID-19 seja um choque económico sem precedentes que afeta o nível de vida e o bem-estar de todos, em 4 de abril de 2021, tivemos de enfrentar um novo choque causado pela mais grave catástrofe natural, relacionada com o clima, causando a perda imediata de vidas e destruição de infraestruturas físicas públicas e privadas, incluindo estradas, pontes e instalações para a resposta ao coronavírus. Quando a tempestade terminou, registavam-se dezenas de pessoas falecidas e milhares de pessoas ficaram deslocadas em virtude da perda de suas casas.

Este ciclone tropical não poderia ter vindo em pior altura. Os danos causados podem fazer aumentar grandemente os perigos e reforçar os riscos e problemas do coronavírus na comunidade, especialmente, para os grupos mais vulneráveis. Os custos de recuperação e reconstrução pós-desastre podem vir a ser exorbitantes. Prevê-se que os danos globais em infraestruturas públicas e privadas, em Díli e em vários Municípios do País ultrapassam largamente os US\$ 300 milhões de dólares americanos.

As consequências vão muito para além da destruição física. As inundações repentinas e deslizamentos de terras, não ceifaram apenas as vidas das pessoas mas também criaram graves impactos na saúde pública, com um risco acrescido de doenças transmitidas pela água, tais como a cólera, a febre tifoide e a hepatite-A, e doenças transmitidas por vetores como a malária e a dengue.

Por um lado, as alterações climáticas estão a alimentar eventos climáticos extremos no nosso país. Estamos sujeitos a um padrão de chuvas intensas, tempestades e inundações cujos extremos atingem o nosso país todos os anos. Há uma maior probabilidade de chuvas mais intensas associadas a ciclones tropicais de maior magnitude e consequências na subida do nível do mar.

Este poderoso e perigoso ciclone também expôs as insuficiências da preparação de emergência e resposta a desastres de Timor-Leste. Reconhecemos que há aqui um elemento de falha humana: um desenvolvimento urbano e ordenamento territorial pobre e inadequado, um crescimento não planeado da cidade, ou a falta de sistemas de tratamento de esgotos e águas residuais, que causaram grandes riscos, libertando águas residuais na superfície. Este ciclone mostrou-nos ainda a péssima qualidade das nossas infraestruturas públicas.

Por outro lado, o ciclone revelou grandes limitações no nosso sistema de alerta precoce e previsão meteorológica, e graves fraquezas na primeira resposta de emergência e na resposta global a catástrofes.

Estes problemas são parcialmente devidos ao subinvestimento. No passado, Governos anteriores preferiram trabalhar com o setor privado, sem instituir capacidades sistémicas, o que deu origem a um Estado com instituições fracas e ineficientes e, dessa forma, criando um vazio para um mecanismo integrado de resposta a catástrofes. Não existe memória institucional sobre a resposta a catástrofes.

A verdadeira função da preparação para emergências está na prevenção. O Governo precisa de ter capacidades, recursos e ferramentas modernas para implementar ações preventivas de mitigação e para a implementação de medidas que possam salvar vidas. Por exemplo, precisamos de corrigir os nossos sistemas de alerta precoce e de alerta contra *tsunamis*.

Senhor Presidente do Parlamento
Excelentíssimos Senhores Deputados

Nas ações em curso, estamos a passar por várias fases. A primeira foi a fase da Emergência: enfrentar a situação e ajudar milhares de pessoas com assistência e socorro imediatos. A segunda fase é a da Reconstrução: reconstruir as vidas e os meios de subsistência das pessoas e procurar também reconstruir infraestruturas físicas essenciais.

Os impactos da pandemia e deste desastre natural estão a acrescentar novos desafios que afetam fortemente a nossa Nação. Os efeitos combinados das duas situações podem ser devastadores para o nosso Povo, afetando a sua saúde e bem-estar através do aumento da pobreza, da insegurança alimentar, da perda de rendimentos, da baixa produtividade, da desnutrição e da doença. Mais do que nunca, esta situação vai agravar a propagação da COVID-19 nas próximas semanas e meses. Muitas mais pessoas podem vir a morrer por causa da COVID-19. As perspetivas de crescimento do PIB são menos otimistas e espera-se que o fosso negativo aumente devido à dupla ameaça em curso.

Este ano tem sido um verdadeiro teste, como nunca antes enfrentámos. E exemplifica o que o mundo inteiro poderá vir a passar na próxima década e mais além. O aquecimento global, eventos climáticos extremos e erráticos, o aumento de doenças anteriormente desconhecidas e o regresso de doenças antigas estão a criar tempos turbulentos.

Face a esta conjuntura, o Governo declarou o Estado de Calamidade, apelando às populações mais um esforço para construir resiliência, a qual envolve o desenvolvimento de comportamentos, pensamentos e ações com vista a enfrentar os desafios que a vida impõe, não só a nível humano, mas também a nível material e ambiental.

O Governo apelou também à comunidade internacional para ajudar a construir resiliência, a fim de podermos adaptar os impactos sócioeconómicos e ambientais associados aos desastres naturais e recuperar melhor o país.

O Estado de Timor-Leste deve agora tomar medidas imediatas e enérgicas para estabilizar a economia, proteger a saúde do nosso Povo e reconstruir as nossas infraestruturas.

Precisamos de uma resposta abrangente e sustentada, utilizando este Orçamento e toda a nossa capacidade orçamental para elevar o país acima dos mais graves choques que alguma vez enfrentou. Mais uma vez, não deixaremos ninguém para trás e garantimos que quando chegar uma crise, trabalharemos em conjunto. O nosso Governo e o Parlamento atuarão em conjunto na tomada de decisões orçamentais.

Senhor Presidente do Parlamento Nacional, precisamos de lançar as bases para uma melhor recuperação, com este Orçamento. Se queremos um futuro melhor, precisamos de o fazer com apoio orçamental para continuarmos a estar presentes, para todos os Timorenses, em todo o nosso país. Hoje anunciamos um plano para proteger todos os Timorenses nestes momentos de crise.

Portanto, ao mesmo tempo que reparamos os danos desta calamidade atual, temos de investir na resiliência. Temos de reconstruir melhor. Espero que esta reconstrução produza uma oportunidade de desenvolver um modelo para um futuro mais sustentável.

Tendo em conta o horizonte temporal, neste momento crucial da nossa história, pedimos ao Parlamento que tome decisões, por meio deste Orçamento, para financiar e deslocar os nossos recursos para uma resposta ao coronavírus e às nossas necessidades de financiamento pós-ciclone, uma vez que isto ajudará rapidamente o país a construir resiliência e aliviar os encargos para os sobreviventes, as famílias e as empresas.

O Governo propõe ao Parlamento que garanta o financiamento e crie a margem orçamental necessária para apoiar a reconstrução após esta catástrofe natural. Pedimos ao Parlamento que introduza as alterações necessárias neste Orçamento para responder aos desafios que esta crise exige. Precisamos de flexibilidade fiscal e orçamental para podermos agir.

Para financiar a resposta à catástrofe, o Governo alocou verbas de emergência para os esforços de recuperação. O processo de reconstrução visa, por um lado, recuperar os meios de subsistência dos sobreviventes, com habitação e abrigos temporários para reduzir as suas vulnerabilidades e, por outro lado, envolver a melhoria das infraestruturas físicas básicas, de modo a permitir-nos dar passos para aumentar a nossa preparação em futuras catástrofes naturais.

Podemos nem sempre ser capazes de prever quando ou onde as catástrofes podem ocorrer, mas sabemos que somos mais fortes do que estas adversidades, e que podemos preparar uma solução que volte a fazer do nosso país um país intacto e unido.

Estão já em vigor políticas de saúde pública vigorosas, mas em circunstâncias de catástrofe natural as diretrizes e normas da COVID-19 podem ter dificuldade de aplicação em abrigos temporários para onde as pessoas foram evacuadas e em áreas geográficas onde as pessoas estão a enfrentar muitas dificuldades.

O Governo está fortemente empenhado em minimizar os riscos e a nossa gestão da crise da COVID-19 será reforçada com mais capacidade de testes, isolamento e quarentena, o que conseguiremos através desta alteração ao Orçamento.

Em todo o mundo, os países continuam a implementar um vasto leque de medidas de contenção e mitigação. O rastreador da COVID-19 de Oxford monitoriza semanalmente as respostas de 186 países. Depois de mais de 8 meses sem restrições, a resposta de Timor-Leste assemelha-se agora à da maioria dos outros países.

Nos dados de Oxford, a partir de 15 de março de 2021, 76% de todos os países estão a implementar alguma forma de encerramento dos locais de trabalho; 80% estão a implementar restrições em relação a ajuntamentos de pessoas; 45% têm restrições nos transportes públicos; 68% têm alguma

forma de ordem de confinamento domiciliário; e 53% instituíram restrições aos movimentos dos cidadãos. Tal como definido nesta proposta de alteração orçamental, temos agora a necessidade de preparar a nossa economia e a nossa sociedade para enfrentar os desafios que se avizinham. Apoiar os mais vulneráveis, os trabalhadores, as famílias e as empresas continuam a ser a nossa prioridade.

Embora ainda estejamos a desenvolver medidas específicas para fazer face ao impacto das cheias, no resto deste discurso, especificarei de forma mais completa as nossas medidas sanitárias para fazer face à propagação comunitária da COVID-19, que se agravou por causa do ciclone, como já tive ocasião de referir.

Com esta alteração orçamental, o Governo prestará apoio temporário e direcionado às empresas, trabalhadores e famílias, em resposta à pandemia da COVID-19. É urgente fazê-lo, para proteger os meios de subsistência e para manter a nossa economia nos próximos anos.

Com estas novas medidas planeadas, o Fundo COVID-19 passará a contar com US\$ 223,8 milhões de dólares e meios reforçados na área da saúde, incluindo pagamentos a trabalhadores da linha da frente e custos associados ao centro de emergência e às operações do Centro Integrado de Gestão de Crises. Vamos também implementar novas medidas económicas, e reservar meios adicionais para contingências e para a Cesta Básica.

Como descrito nesta proposta de alteração, o Governo concebeu medidas para manter as empresas a funcionar e os Timorenses empregados. Um subsídio salarial extraordinário de três meses, um subsídio de desemprego recém-introduzido, um subsídio adicional para pagamento de rendas, um subsídio de eletricidade e isenções de contribuições para a Segurança Social, manterão as empresas em funcionamento e ajudarão os empregadores, os trabalhadores independentes e os empresários a manterem e protegerem os postos de trabalho e os rendimentos dos trabalhadores, bem como dos trabalhadores do serviço doméstico, dos

proprietários individuais, dos gestores e dos administradores. Esta resposta vai permitir disponibilizar uma linha de resgate económico, beneficiando cerca de 53.500 indivíduos.

Estas medidas protegem o emprego de milhares de trabalhadores existentes e de muitos outros no setor informal, não abrangidos pelo anterior regime de subsídios salariais. Melhoram ainda a focalização para distribuir mais a quem mais precisa, permitindo benefícios adicionais. Desenvolvem-se novos e maiores incentivos à retenção de emprego e aos subsídios. Por último, estabelece-se um subsídio de desemprego e alarga-se a rede de segurança social, aumentando as transferências em géneros para satisfazer as necessidades dos mais vulneráveis.

Também desenvolvemos medidas de apoio ao setor privado e às empresas e particulares endividados junto do sistema financeiro, incluindo uma Moratória de Crédito até 9 meses para empréstimos concedidos até 1 de abril de 2021. Este financiamento estará disponível para qualquer mutuário elegível afetado pela COVID-19, suportando reembolsos de crédito.

A sociedade Timorense não vai apenas sentir os efeitos da COVID-19 através da interrupção do seu trabalho, mas também nos seus meios de subsistência e na educação. O Governo continuará a apoiar as famílias que enfrentam desafios significativos em termos de segurança alimentar, fornecendo e distribuindo alimentos e outros bens considerados essenciais.

Vamos atuar através da Cesta Básica e da compra de reservas alimentares por intermédio do Centro Logístico Nacional. Finalmente, o Governo vai também apoiar os estudantes do ensino superior, com isenção de propinas e disponibilização de internet gratuita, beneficiando entre 18.000 e 35.000 estudantes

O Governo continuará a reforçar a sua resposta sanitária à COVID-19. Isto vai dar-nos uma capacidade fundamental para a vigilância epidemiológica. As nossas principais prioridades são garantir o acesso aos testes e às

vacinas da COVID-19 para todos. Não vamos parar até que todos estejam vacinados e até que todos possam voltar às suas vidas com segurança. É claro que também manteremos os nossos heroicos trabalhadores da linha da frente seguros, com mais equipamento de proteção individual e apoiaremos o nosso sistema de saúde, com um melhor tratamento hospitalar e de internamento, e capacidade adicional de isolamento e quarentena.

Para atingirmos os nossos objetivos de longo prazo relacionados com a saúde, a gestão de riscos económicos, é necessário fazermos os respetivos ajustes e alocações orçamentais para garantir os recursos, o que pretendemos através desta proposta de Primeira Alteração à Lei n.º 14/2020 e de outras ações orçamentais e fiscais, neste Parlamento.

Por último, gostaria de relembrar a todos os Timorenses que nós vamos lutar por cada um de vós durante esta tempestade e vamos ajudar-vos a levantar e a voltar à normalidade. Vocês não estão sozinhos nesta crise. É por isso que um subsídio salarial, um subsídio de desemprego, um subsídio para rendas, a Cesta Básica, e outras medidas fundamentais anunciadas pelo Conselho de Ministros, farão uma diferença real e significativa na manutenção da vossa dignidade e qualidade de vida.

Quando criámos as medidas de apoio económico, em março de 2020, dissemos que íamos estar aqui para apoiar o país nesta hora de necessidade. O nosso mandato não mudou e nós vamos continuar a proteger-vos, tendo em conta estas adversidades. Juntos, podemos ultrapassar esta dificuldade. Podemos unir-nos. Peço a todos os ilustres deputados, em todos os partidos do espectro político, que trabalhem em conjunto neste momento de necessidade e crise.

Peço igualmente a todos os ilustres Deputados que aprovem a alteração do Orçamento Geral do Estado de 2021, necessária para o sucesso no combate à COVID-19 e para a reconstrução do país pós-ciclone, evitando, deste modo, uma nova crise económica que possa comprometer o futuro de Timor-Leste.

Muito obrigado.

Que Deus nos abençoe a todos!

2 Executive Summary

Since the discovery of COVID-19 community transmission cases within the country, the Eighth Constitutional Government has been committed to ensure a quick and effective socio-economic response to COVID-19.

As happened last year, the Head of Government has set as a national priority to respond, quickly and effectively, to the socio-economic costs and implications of COVID-19, so that people affected by these negative effects are protected from income losses and unemployment, and so that businesses facing difficulties are able to maintain their cash flow and economic activity. Additional measures will also support university students displaced from their families and municipalities; frontline personnel, who fight against this disease on a daily basis and boost the process of acquiring and implementing vaccines against SARS-CoV2, so that we can have the population immunized as soon as possible.

COVID-19 in Timor-Leste

Timor-Leste recorded its first COVID-19 case on 21st March 2020. Following the first confirmed case in the country, the President of Republic declared a State of Emergency to run from 28th March to 27th April 2020, which has subsequently been extended numerous times and is still in place now. The first two State of Emergencies aimed to limit public movement through the suspension of public transport and banned large group meet-ups (5 or more people) including religious services, festivals, sporting events, cultural activities and the running of schools/universities. With no local contamination, the subsequent state of emergencies aim to limit movements across border, especially the land border, with all returning from overseas have to complete a mandatory 14-day quarantine upon arrival in a quarantine centre. Anyone experiencing COVID symptoms had to self-isolate and submit for testing and international commercial flights are suspended until now. Until February 2021, all cases of COVID-19 in Timor-Leste had been imported.

In March 2020, the Government asked National Parliament to approve a \$250 million extraordinary transfer to reinforce the Treasury account during the duo-decimal regime and establish Covid-19 Fund. This new law was promulgated by President Lu-Olo on April 6th. The first \$150 million transfer was made in April with the second \$100 million transfer made in May. Of the \$250 million transfer, \$150 million was assigned to the COVID-19 Fund, with broad spending on programs, and sub-programs related to the COVID response. This included funding for prevention and combating COVID-19 which focused on the acquisition of essential medical equipment and goods, the creation and maintenance of isolation centres and training for key staff. The remainder of the extraordinary withdrawal, totalling \$100 million, was used to finance the Treasury account. In June 2020, through enactment of Law No 5/2020, the Parliament approved a second round of the extraordinary withdrawal from the Petroleum Fund totalling \$286.3 million. This amount was to be split between the COVID-19 Fund (\$69.5 million) and supporting the Treasury account (\$216.8 million). It was withdrawn in two parts, one in August September (\$169.5 million) and the other October (\$116.8 million). Following the approval of Budget 2020 in October, another withdrawal was done in December (\$350 million). Hence, the total withdrawal from the Petroleum Fund in 2020 was \$886.3 million out of the \$963.9 million approved by the Parliament.

On 17 April 2020, the government announced a 19-measure economic stimulus and response package, including deferral tax payments; a universal cash transfer provided a monthly basic income of \$100 to households earning less than \$500/month for up to 2 months. So far, 298,495 families have been supported by the scheme. Private sector employees unable to work owing to the state of emergency received 60% of their salary provided by the government. All electricity consumers (over 160,000 individuals) received a \$15 credit per month during the state of emergency. Payment of water bills, social security contributions (workers and employers) and rent of government properties was suspended. Over 4,200 Timorese students were stranded abroad, unable to return to the country, received a stipend and students unable to attend school in Timor received an internet subsidy to allow them to study online. A 3-month emergency supply of rice was purchased and movement of food supplies across the country was subsidized, especially to more remote areas. The package also included the creation of new credit opportunities and a reduction in interest payments. Businesses were provided access to emergency loans to prevent bankruptcy and those importing essential goods were given credit guarantees.

In the final 2020 budget (approved in October 2020), the COVID-19 Fund received a total allocation of \$333.2 million. This was divided with \$151.1 million to Goods and Services, \$165.9 million to Public Transfers, \$4.1 million to Minor Capital and the final \$10.2 million to Capital and Development. By the end of Q4, 2020, it had executed \$194.7 million, giving an execution of 58.4%.

In the original 2021 Budget, the COVID-19 Fund was due to receive \$31.0 million to focus on risk mitigation and recovery measures. \$23.9 million was allocated to Goods and Services, \$3.5 million to Public Transfers and \$3.6 million to Capital Development.

In February 2021, following a rise in imported cases, mass testing began in Covalima and Bobonaro municipalities, areas close to the border with Indonesia, and the Special Administrative Region of Oé-Cusse Ambeno (RAEOA). On February 15th, a health fence was announced for Bobonaro and Covalima which banned travel in and out of the selected municipalities. This was originally due to last till 3rd March, but was extended for Covalima to April 2nd. On the same day, the national vaccination plan against COVID-19 was approved, including the use of the AstraZeneca vaccine and the joining of the COVAX supply programme. Based on the current roadmap, the first 33,600 doses will arrive in Timor-Leste in the fourth week in March, with the start of the vaccination programme on 7th April. Front-line workers were the first to be vaccinated, followed by vulnerable individuals living near the land border with Indonesia. All adults over the age of 18 should be vaccinated by the end of 2021.

The first cases of community transmission were declared on 26th February as an outcome of the mass testing. On 7th March 2021, the first cases of community transmission in Dili were announced. On 8th March, a mandatory sanitary fence and confinement was declared in the municipality of Dili, originally lasting for seven days with a further extensions which continue until this day.

The sanitary fence meant that travel between the municipalities was forbidden apart from exceptional reasons. The confinement rules stipulated that people should remain at home unless they need to access medical assistance, participate in judicial or police proceedings, purchase essential goods such as food, electricity supply or telecommunications services/internet access or fulfil their professional obligations. It was forbidden to hold group events of a social, cultural, sporting or religious nature, excluding funerals which were allowed for up to 10 people. The markets of Dili, Manleuana and Taibessi were able to remain open and street vendors of essential goods or services, in particular food products, were allowed to continue trading. Workers and customers of commercial establishments that remain open must sanitize

their hands before entry, cover their nose and mouth with a mask and remain at least three feet from individuals outside of their household. Commercial, industrial, artisanal or private sector service establishments which are closed to the public but may provide home delivery services.

On the 24th March 2021, the Council of Ministers approved the Law Proposal draft for the first amendment to Law No. 14/2020 of December 29th, which approved the amendment to 2021 General State Budget. The amendment was budgeted as totalling \$198.4 million, though \$63.1 million was from reallocated current spending. Therefore, an additional \$135.3 million was needed to finance the new measures.

The amendment will focus on 6 key areas:

1. Employment support
2. Moratorium on credit
3. Exemption from tuition fees
4. Food acquisition
5. Support to frontline professionals
6. COVID-19 prevention and mitigation measures

Regarding employment support, employees of businesses forced to close will receive 70% of their usual salaries. Those in industries operating normally will receive 50% of remuneration. Self-employed workers, individual entrepreneurs, domestic service workers and managers or administrators will be eligible for 85% of their usual income as long as if they are formalised with the National Institute of Social Security. This support will last 3 months (March – May). Employees and workers (including those that are self-employed) are exempt from social contributions relating to employment income during that time. Unemployed workers who are already enrolled and provided contributions to Social Security, can receive 40% of the value of conventional remuneration. Subsidies will also be provided to help cover energy and rent costs.

Relating to the other areas of focus, the maturity of capital obligations will be deferred nine months, with the State also becoming a joint participant in the payment of interest. Higher education students who are unable to receive face-to-face education are exempt from paying tuition fees, up to the amount of \$150 and increased assistance to frontline workers. The National Logistics Centre will work to increase food acquisition from national producers, as well as strengthening the rice stock, for distribution to the most deprived families and the Basic Basket Program will be maintained. The COVID-19 prevention and mitigation measures will largely focus on the implementation of the vaccination program, the purchase of additional equipment for testing, the treatment of hospitalized patients and the construction and expansion of new and current isolation and quarantine sites.

The final rectified budget was approved by Parliament on the 27th April 2021. There was no changes to the total government expenditure but some additional adjustments to the appropriation category allocations. The approved budget had additional spending of \$317.1 million, with \$182.4 million in budget reallocations, meaning the overall increase remained \$135.3 million. This does not include the additional \$39.1 million rebalancing from line ministry's virements towards Cesta Basica between January to March 2021. The law was passed unanimously (with 20 abstentions).

Impact of Cyclone Seroja

On Easter Sunday 4th April, Timor-Leste was impacted by a severe natural disaster known as cyclone Seroja which caused the largest amount of rainfall in 30 years and devastating flooding and landslides. The disaster caused great devastation including material loss and deaths. In total, 48 people lost their life and 30,350 people were dislocated across 6 different shelters across Dili (São Tiago Church Hera, Canossiana Convent Hera, Dom Bosco Comoro Dili, Ex Metiaut Restaurant, Rate-Ain near Canossa Comoro, and Manleuana Suco Center). The most severely impacted areas were Dili, RAEOA (Oe-Cuse), Manatuto, Ainaro, and Viqueque. Dili, Ainaro and Manatuto experienced most of the fatalities.

In response, on April 9th 2021 the state declared the situation a national calamity as per Government Resolution No. 32/2021. The government originally allocated \$2,247,064 in response. The fund was for clean water and food, construction materials, temporary wall protection for water and rivers. A total number of 3,710 people benefitted with 3,138 people receiving non-food support and 2,093 people receiving construction materials. Apart from the government aid, victims also received support from local support groups and the international community.

To ensure that the state is well prepared for responding similar event in the future, the Ministry of State Administration through Unit for Civil Protection Mission and Management of Natural Disaster has established a number of policies and initiatives including: identifying risk areas and banning communities to construct houses in risk areas, improving knowledge and infrastructure to mitigate risk from natural disaster, preparing and informing to the community to have culture of risk prevention and developing an efficient alert system. Moreover, a working group looking at implementation, measurement and prioritisation of natural disaster risk mitigation has been developed. A pilot multi-functional accommodation centre will be established with the objective to respond to natural disasters across the territory and contribute to urban reorganization, decentralization policy and local power.

3 Description and Analysis of the 2021 Rectified State Budget

The additional activities in the rectified budget in 2021 will total \$317.7 million (excluding donor funded spending). Due to internal budget reallocations, additional spending to cover these new activities will total \$135.3 million. Some of these reallocations occur within the same appropriation category.

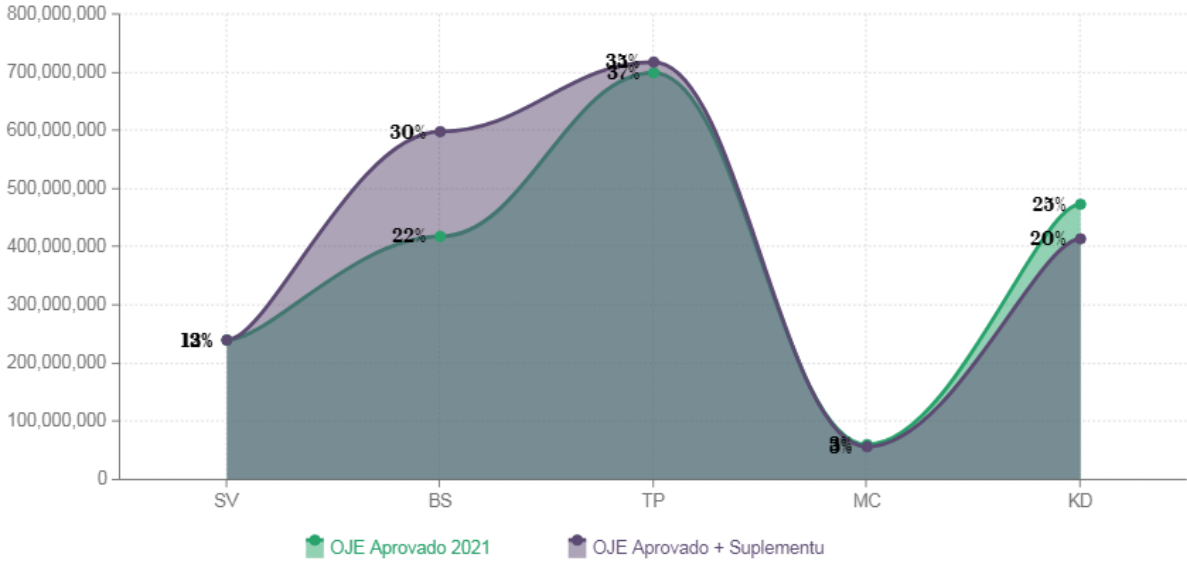
Table 1: Fiscal Table, \$millions

	2021 Budget	2021 Supplementary Budget	2021 Rectified Budget
Total Expenditure (incl. loans and Social Security)	1,895.00	135.30	2,030.30
Total (excl. loans)	1,824.30	135.30	1,959.60
<i>Recurrent</i>	<i>1,359.8</i>	<i>218.8</i>	<i>1,558.2</i>
Salary and Wages	240.7	0.0	240.7
Goods and Services (incl. HCDF)	418.8	218.0	636.8
Public Transfers (incl. social security)	700.2	0.8	701.0
<i>Capital</i>	<i>535.2</i>	<i>(83.4)</i>	<i>451.8</i>
Minor Capital	61.1	(3.7)	57.4
Capital and Development (including loans)	474.1	(79.7)	394.4
Revenue	738.5	-	738.5
Domestic Revenue	190.6	-	190.6
Estimated Sustainable Income (ESI)	547.9	-	547.9
Fiscal Balance	(1,156.5)	(135.3)	(1,291.8)
Financing	1,156.5	135.3	1,291.8
Excess Withdrawals from the PF	829.7	-	829.7
Use of Cash Balance	247.0	135.3	382.3
<i>Cash Balance of Treasury</i>	<i>150.0</i>	<i>88.8</i>	<i>238.8</i>
<i>Cash Balance of RAEOA/ZEESM</i>	<i>97.0</i>	<i>-</i>	<i>97.0</i>
<i>Cash Balance of INSS cash return</i>	<i>-</i>	<i>35.0</i>	<i>35.0</i>
<i>Cash Balance of Idosos cash subsidy return</i>	<i>-</i>	<i>7.5</i>	<i>7.5</i>
<i>Cash Balance of BCTL credit moratorium return</i>	<i>-</i>	<i>4.0</i>	<i>4.0</i>
Borrowing/Loans (disbursements)	70.7	-	70.7
European Union (BS) *	9.1	-	9.1

Source: Ministry of Finance, National Directorate of Economic Policy, April 2021 *Previously the EU Budget Support was off budget as part of development partner commitments. However now it is included in the state budget and can be thought of as an additional revenue stream.

As seen in figure 1, the largest positive adjustment has been to Goods and Services. Public transfers has also seen an increase, while capital spending, specifically Capital and Development have fallen. Salaries and wages are unchanged.

Figure 1: Comparison of the Appropriation Category breakdown between the Original 2021 Budget and the Rectified 2021 Budget



Source: Ministry of Finance, National Directorate of Economic Policy, April 2021

4 New Measures related to the 2021 Rectified Budget

The Supplementary Budget was introduced to fund a number of new measures aimed to support the economy in the face of newly found COVID-19 cases within the country and sanitary fences implemented across a number of municipalities, including the capital Dili.

The total cost of the new measures was \$317.7 million. The new measures are split between the COVID-19 Fund (\$217.5 million), the Infrastructure Fund (\$57.3 million) and the central contingency fund (\$42.9 million).

The package of measures are focused on a number of different areas including health, supporting employment, students, businesses and citizens:

- \$34.5 million will go to Ministry of Health to implement a Covid-19 vaccination program, increasing quarantine facilities, purchasing PPE equipment and extending contact tracing initiatives.
- \$45.3 million will go to National Institute of Social Security to implement employment support initiatives; assistance for employees, the self-employed and those working in domestic services, in the form of subsidies, contributive exemptions and rental allowances. This includes a \$6 million allocation to EDTL to implement energy subsidies for businesses, employees and the self-employed.
- \$12.0 million will be used to support the National Centre of Logistics.
- \$29.0 million will be used to support the conclusion of the Cesta Basica Programme.
- \$16.7 million will go to the Integrated Center for Crisis Management (CICG) to support logistical operations for the prevention and mitigation of COVID-19.
- \$14 million will be used to fund the exemption of tuition fees for university students.
- \$2.1 million will go to supporting students accessing the internet at home.
- \$2.0 million will go to BCTL as moratorium of credit to private banks to cover loses when debtors do not make payment on loans.
- \$51.9 million will be used to provide subsidies for frontline workers.
- \$10.0 million will be assigned for the Contingency Covid-19 Fund to support unforeseen future costs.
- \$42.9 million for the central Contingency Fund for other expenditures, with a focus on the emergency response to the natural disaster.
- \$57.3 million will be used fund infrastructure maintenance and rehabilitation following the impacts of cyclone Seroja (including an extra \$54 million in reallocations within the Infrastructure Fund).

5 Reallocation of 2021 Budget and Virements

A total of \$182.4 million was made available between appropriation categories from the 2021 Budget in order to redirect money towards COVID-19 mitigating measures and support the recovery from cyclone Seroja.

- \$116 million from the Infrastructure Fund due to number of projects scheduled for this year being delayed due to the lockdown. Additional funds were also released due to savings on maintenance costs. This amount also includes \$54.0 million being reallocated internally with the Infrastructure Fund from other programmes to support the maintenance and rehabilitation of damaged infrastructure affected by calamity (cyclone Seroja) programme
- \$41.5 million from Whole of Government appropriation
- \$24.9 moved from Line Ministry original 2021 budget allocation.

In addition to the internal reallocation given as part of the rectified budget, \$39.1 million was made available from virements from 29 institutions between January and March to support the Cesta Basica programme

6 Financing for 2021 Rectified Budget

Table 2: Source of Financing, 2021-2025, \$million

	2021	2021 Rectified Budget	2022	2023	2024	2025
Total Financing	1,156.5	1,291.80	1,704.7	1,678.3	1,382.9	1,456.8
Excess Withdrawals from PF	829.7	829.70	1,641.8	1,627.4	1,346.3	1,453.0
Use of Cash Balance	247.0	335.80	0.0	0.0	0.0	0.0
<i>Use of Treasury Cash Balance</i>	<i>150.0</i>	238.80	<i>0.0</i>	<i>0.0</i>	<i>0.0</i>	<i>0.0</i>
<i>Use of RAEOA/ZEESM Cash Balance</i>	<i>97.0</i>	97.0	<i>0.0</i>	<i>0.0</i>	<i>0.0</i>	<i>0.0</i>
<i>Use of INSS cash return</i>	<i>0.0</i>	35.0	<i>0.0</i>	<i>0.0</i>	<i>0.0</i>	<i>0.0</i>
<i>Use of Idosos cash subsidy return</i>	<i>0.0</i>	7.5	<i>0.0</i>	<i>0.0</i>	<i>0.0</i>	<i>0.0</i>
<i>Use of BCTL credit moratorium return</i>	<i>0.0</i>	4.0	<i>0.0</i>	<i>0.0</i>	<i>0.0</i>	<i>0.0</i>
Borrowing /Loans (disbursements)	70.7	70.70	53.9	45.9	33.8	77.0
European Union (BS)	9.1	9.10	9.0	5.0	2.8	2.8

Source: Ministry of Finance, National Directorate of Economic Policy, April 2021

A number of additional sources of cash balance resources have been used to finance the supplementary budget. No extra money will be taken from the Petroleum Fund.

The total cash balance to be used to finance 2021 Rectified State Budget is \$335.8 million. This is an increase of \$135.3 million. Of that, \$88.8 million is to come from the Consolidated Fund of Timor-Leste (CFTL) held in the Treasury Account. \$35 million will come from unexecuted 2020 programme funds by Institutu Nasionál Seguransa Sosiál (INSS) due to delays last year from COVID-19. \$7.5 million will come from the accumulated, unexecuted, cash balance of the Idosos subsidy. The final \$4.0 million is from the unexecuted subsidized credit protection provided by BCTL, a programme implemented last year to counter the economic downturn related to the COVID-19 lockdown.

7 Economic Impact of COVID-19 on Timor-Leste

Table 1: Economic Indicators, 2020-2022, %

Summary	Forecast			
	2020	2021 *	2021**	2022
Real GDP (non-oil)	-7.6%	3.5%	2.0%	2.9%
Inflation CPI	0.1%	0.5%	0.5%	1.1%

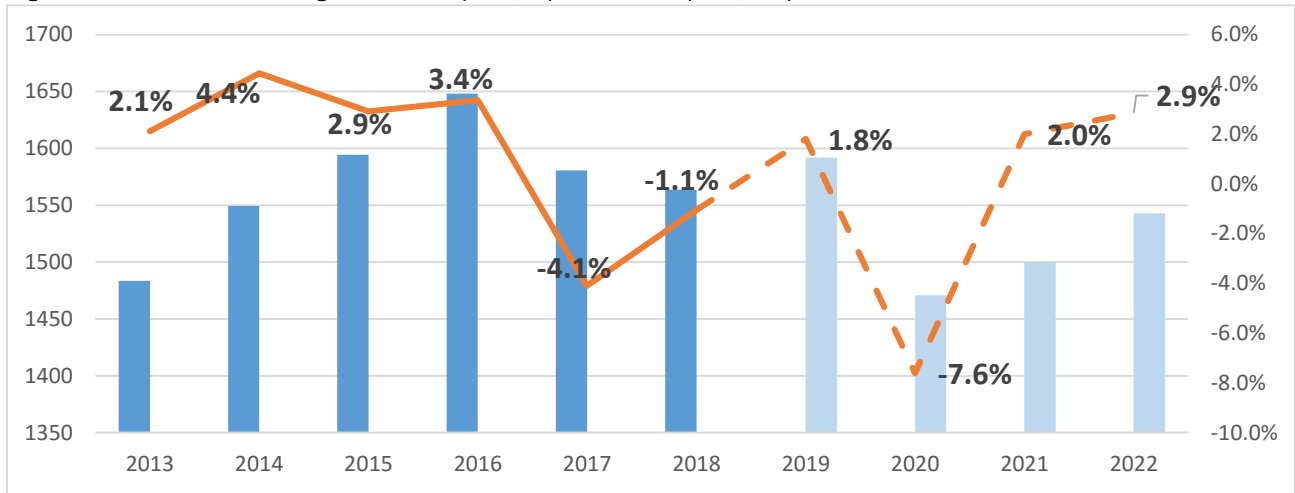
Source: Ministry of Finance, National Directorate of Economic Policy, April 2021. *Earlier forecast** Updated forecast as of April 2021

- Real non-oil GDP growth is forecast to contract by 7.6% in 2020 due the combined effect of the Budget being delayed, political uncertainty, COVID-19 and the State of Emergency. Final figures on 2020 GDO will be published by the National Accounts team in the later part of 2021.
- 2021 is still due to see GDP return to positive growth of 2.0% as a result of a return of political stability and the budget being passed before the start of the financial year, however, this has been revised down from earlier forecasts of 3.5% due to new cases of Covid-19 being found within the country, the associated confinement and disruptions to supply chains and investment decision.
- Inflation is expected to remain low and stable at 0.5% in 2021. This will positively contribute to increasing Timor-Leste's competitiveness, with inflation expected to be lower than the regional average and should also aid household consumption to some extent.
- Please note these forecasts were made in March 2021 and like all forecasts will be updated as time progresses and more information becomes available.

Following a strong contraction in 2020 due to the budget being delayed and the spring lockdown. In Timor-Leste government expenditure accounts for a large portion of economic activity, therefore 2021 is due to see GDP return to positive growth of 2.0% as a result of a return to political stability and the budget being passed before the start of the financial year. The extent of this will depend on the impact of local and community transmission of COVID-19 cases in 2021 and the duration of confinement or lockdown. Forecasts will be periodically updated as new information emerges. This forecast reflects historic data from National Accounts 2000-2019.

Over the medium term, Ministry of Finance expects return to positive sustainable growth based on political stability and private sector investment.

Figure 2: Real non-oil GDP growth rate (RHS, %) and levels (LHS, \$m)



Source: Timor-Leste National Accounts 2000-2019, General Directorate of Statistics; 2020-2022 Economic Forecasts, National Directorate of Economic Policy, Ministry of Finance, April 2021.

The new coalition should provide political stability and the 2021 Budget already being passed should provide greater momentum for public infrastructure projects.

However, COVID-19 will continue to bring uncertainty into 2021. Earlier GDP forecasts of 3.5% have been revised following the discovery of COVID-19 cases community transmission within the country for the first time and the associated confinement in a number of municipalities. This will disrupt public investment (eg Infrastructure Fund allocation has fallen), private sector activities and household consumption as supply chains are disrupted and investment decisions are postponed. However, the large 2021 budget will support economic activity to continue and mitigate some of these negative effects, although this will also incur a large trade deficit which is also a drag on GDP. The Supplementary Budget will aim to support livelihoods and reduce the negative impact of confinement on living standards and protect citizens from income losses and unemployment. The 3 year Economic Recovery Package, already included in the original 2021 budget (\$124m), also aims to stimulate the recuperation of the economy, and a low inflationary environment will help consumption to some extent.

In the short and medium term one will see continued construction on the Tibar Bay Port, and the expansion of existing and new commercial projects throughout the country. Such investments are consistent with the Government's economic strategy, alongside continued investments in human capital and education, to attract investors and consequently creating jobs domestically.

Figure 3: Components of non-oil GDP, 2017- 2021



Source: Timor-Leste National Accounts 2000-2019, General Directorate of Statistics; 2020-2021 Economic Forecasts, National Directorate of Economic Policy, Ministry of Finance, April 2021

Table 4: Real GDP, 2016-2022, \$million

2015 \$m prices	2016	2017	2018	2019	2020*	2021*	2022*
Private Consumption	970	1,000	1,071	1,053	887	1,174	1,190
Public Consumption	927	873	870	898	1,017	1,063	1,092
Total Consumption	1,897	1,873	1,887	1,951	1,904	2,237	2,281
Private Investment	126	143	69	68	100	151	188
Public Investment	527	401	468	376	226	371	388
Total Investment	653	544	536	444	326	523	576
Other	26	26	23	27	13	7	3
Total National Expenditure	2,576	2,444	2,447	2,422	2,243	2,766	2,861
Exports	53	32	37	31	32	37	38
Imports	(981)	(895)	(921)	(861)	(805)	(1,303)	(1,356)
Non-Oil GDP	1,648	1,580	1,564	1,592	1,471	1,500	1,543

Source: Timor-Leste National Accounts 2000-2019 and Economic Forecasts, General Directorate of Statistics and National Directorate of Economic Policy, Ministry of Finance, April 2021. * indicates forecast